



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### ATA DE REUNIÃO

#### ATA NÚMERO 10/2021

Aos **cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um**, com início às quatorze horas e trinta minutos, de forma web conferência, realizou-se sessão extraordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela **Professora Ursula Rosa da Silva**, Vice-Reitora;, com a participação dos seguintes conselheiros: **Dirceu Agostinetti**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Fabrcio Pereira Harter**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Isabel Rasia**, Diretora do Centro de Ciências Socio-Organizacionais; **Carlos Walter Alves Soares**, Diretor do Centro de Artes; **Cristiano da Silva Rosa**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Caroline De Leon Linck**, Vice-Diretora da Faculdade de Enfermagem; **Alessandra Doumid**, Vice-Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira Borges**, Vice-Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Luiz Fernando Minello**, Diretor do Instituto de Biologia; **Sebastião Peres**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Aline Tabarelli**, Diretora Adjunta do Centro das Engenharias; **Raquel da Fonseca Holz**, Diretora Adjunta do Centro de Integração do MERCOSUL; **Marilton Sanchotene de Aguiar**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Maurício Couto Polidori**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Aline Acorssi** Vice-Diretora da Faculdade de Educação; **Wilson João Cunico Filho**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Carlos Rogério Mauch**, representante dos Professores Titulares; **Luiz Fernando Camargo Veronez**, suplente do representante dos Professores Titulares; Leomar Soares da Rosa Junior, suplente do representante dos Professores Associados; **Ana Clara Correa Henning**, representante dos Professores Adjuntos; **Eleonora Campos da Motta Santos**, representante dos Professores Adjuntos; **Eugenia Antunes Dias**, representante dos Professores Auxiliares; **Juliana do Amaral Martins Grimmer**, suplente do representante dos Professores Auxiliares; **Camila Belmonte Oliveira**, suplente do representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Ethel Antunes Wilheml**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Francisco José Pereira Tavares**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Vida); **Sigmar de Lima**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Exatas); **Andrea Cristiane Kahmann**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Humanas); **Maria Manuela Alves Garcia**, representante dos Docentes Aposentados; **Izabel Cristina Custodio de Souza**, suplente do representante do COCEPE; **Márcia Foster Mesko**, representante do COCEPE; **Mauro Roberto Bom**, representante Comunitário; **Victor Hugo Santos de Oliveira**, **Antonieli Medeiros de Souza Pires** (suplente), **Rodrigo Paiva da Rosa**, **Jessyca Siemionko de Antoni** e **Fabrcio Sanches Medeiros e Frederico Fensterseifer Weissheimer**, representantes discentes; **Sérgio Eloir Teixeira Wotter**, **João Carlos Roedel Hirdes**, **Renata Vieira Rodrigues Severo** (suplente), **Mariuza Toledo Pinheiro** (suplente), **Morgan Yuri Oliveira Teles Machado**, e **Barto Oliven Rosa de Farias**, representantes do Pessoal Técnico-Administrativo e **Albio Ferreira da Costa**, representante dos Servidores Técnico-Administrativos Inativos. Não compareceram os conselheiros: **Gabriel Gustavo Bergmann**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Pedro Moacyr Perez da Silveira**, Diretor da Faculdade de Direito; **Julieta Maria Carriconde Fripp**, Diretora da Faculdade de Medicina; **Evandro Piva**, Diretor da Faculdade de Odontologia; **Willian Silva Barros**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Carlos Walter Alves Soares**, Diretor do Centro de Artes; **João Francisco Nascimento Hobuss**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Luciano**

**Volcan Agostini**, representante dos Professores Associados; **André Luis Porto Macedo**, representante dos Professores Assistentes; **Henrique Otto Coelho**, representante dos Professores Assistentes; **Fabiana Kömmling Seixas**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Beatriz Franchini**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Vida); **Aline Soares Pereira**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Exatas); **Flavia Carvalho Chagas**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação (Humanas); **Ana Carolina Issler Ferreira Kessler**, representante Comunitária; **Jacques Adolphe Gastão Reydams**, representante Comunitário; **Francisco José Albuquerque Pereira**, representante discente e **Rogéria Aparecida Garcia**, representante do Pessoal Técnico-Administrativo. Compareceram ainda os convidados: **Marco Aurélio Romeu Fernandes**, Assessor da Reitora; **Aline Ribeiro Paliga**, Chefe de Gabinete; **Jocasta Soares dos Santos**, Assessora da Vice-Reitora, **Paulo Roberto Ferreira Junior**, Pró-Reitor de Planejamento, **Maria de Fátima Cossio**, Pró-Reitora de Ensino, **Diogo Rios**, representante da ADUFPEL, **Marcos Correa Britto**, representando o Comitê COVID, **Elaine da Silva** (representando a ADUFPEL). A senhora presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos e agradecendo a presença. Solicitou autorização para participação da equipe da Secretaria dos Conselhos, Chefia de Gabinete e Assessor da Reitoria; de Pró-Reitores, Superintendentes, Coordenadores e Servidores na discussão de pontos específicos e representantes da ADUFPEL. Aprovado. Informou que o teto da reunião seria às dezesseis horas. Tradução simultânea para LIBRAS e, dando seqüência à reunião, passou ao **Item 1. APRECIACÃO DA PAUTA**. A pauta foi aprovada. De pronto passou à análise do **Item 2 - PASSAPORTE VACINAL - PROCESSO Nº 23110.027726/2021-81**. Perguntou se o conselheiro Luiz Fernando desejava apresentar o tema e fez o relato do que vinha sendo praticado pelo COCEPE. Foi montada Comissão e visitas presenciais, com a equipe da SUINFRA, PROPLAN e Comitê COVID. Fizeram em agosto consulta ao Procurador Jurídico, que fala que a retomada às atividades presenciais deve ser realizada com a comprovação de vacina. O COCEPE aprovou, mas não se poderia obrigar ninguém a se vacinar. Tivemos cento e vinte e cinco disciplinas aprovadas, além das disciplinas da área da saúde, que já estavam ocorrendo e não houve reclamação de ninguém. Fizeram reuniões com Reitores do Rio Grande do Sul e estavam definindo este procedimento. Foi retirado que fariam reunião com os Conselhos Universitários, para definir a decisão. Algumas instituições já definiram nos seus Conselhos Universitários este apoio. Paulatinamente vão aumentando as disciplinas práticas. O conselheiro Luiz Fernando disse que tivemos uma chamada no Fórum de Diretores, questionando se deveriam ou não partir para esta cobrança. Deu exemplo da abertura dos Museus. Ficariam descobertos pela presença de pessoas de fora da Universidade. Por isso haviam solicitado a reunião. A senhora presidente falou do Decreto Estadual e Municipal, que reforçam esta exigência. Solicitou ao representante do Comitê COVID, Marcos Britto, que falasse sobre a visão do Comitê. Este falou que já existia exigência na hora da matrícula, mas a UFPel já estava avançando na exigência para os demais membros da Comissão Acadêmica a partir de fevereiro. Disse que o conselheiro Luiz Fernando havia colocado uma questão importante pela frequência da Comunidade Externa. Em relação aos atendimentos de saúde não poderia ser cobrado. As atividades que não são de prestação de serviço de saúde poderiam fazer esta cobrança. O conselheiro Fabrício Sanches falou que a perspectiva dos estudantes, que era de apoio irrestrito à ideia. Já haviam conversado com os Conselhos dos Centros Acadêmicos, já havia feito levantamento sobre o mapa vacinal. Disse que era importante que a Universidade instituisse essa atividade de cobrança de vacinação. Queria saber como seria apresentada a vacinação. A UFRGS havia aprovado também no seu Conselho Universitário esta cobrança. O conselheiro Sebastião disse que a própria escassez de inscrições para falar mostrava o consenso de aprovação desta atividade. Significava circular em um ambiente tranquilo. Pensava que ao mesmo tempo que passassem a exigir a vacinação, seria importante pensarem em um protocolo especial para estes casos raros de colegas que não poderiam se vacinar. A senhora presidente respondeu que para estes casos as pessoas deveriam permanecer em trabalho remoto. O conselheiro Rodrigo reforçou o que as falas que o antecederam haviam frisado. Disse ser fundamental terem este protocolo também para a Comunidade Externa. Fez colocação sobre os casos específicos dos pacientes com HIV. Alguns pacientes com carga viral muito alta não puderam ser vacinados. Nas UBSs, vinculadas à UFPel, também atendem a população em geral e não se vacinaram. A UFPel de novo cumpria seu papel e deveria orientar que as pessoas devem se vacinar. As vezes a falta de informação era uma barreira. O aumento das contaminações

está diretamente ligado à falta de vacinação. O conselheiro Barto disse que a ASUFPEL havia feito assembleia e tiraram pontos importantes para todos. Deveriam cobrar o passaporte, EPI, ambiente arejado, testagem em massa e avaliação permanente do local de trabalho. Em relação às pessoas que não puderam se vacinar, deveriam ter uma série de cuidados. Na Faculdade de Odontologia teriam surgido casos de pessoas infectadas após a liberação de atendimento. Toda a comunidade tem que ter um cuidado muito grande em relação ao negacionismo, pois na Europa está retornando a contaminação e não sabem como vão agir. O Prof. Marcos falou sobre a situação dos EPIs e testagem. Disse que o protocolo da UFPel prevê EPIs e em locais de atendimento ao público usarão proteção de acrílico. Para os demais, uso de máscara. Nos laboratórios, onde não pode ter ventilação, os cuidados serão dobrados. Os casos que estavam ocorrendo não eram apenas na FO. Já haviam relacionado isto em reuniões. A variante Delta estava na cidade e tinha facilidade de contágio maior. A vacina protege muito e nos casos os sintomas eram mínimos. Os casos em Pelotas se deviam ao ritmo de vacinação mais lento em relação aos demais locais do estado e do país. O aumento de casos que não estava sendo muito acompanhado se devia pela variante Delta e lentidão da vacinação. Disse que a dose de reforço poderia ser obtida em qualquer unidade de saúde para ser vacinado coma terceira dose. O Prof. Marcos Britto disse, ainda, que quando no mesmo ambiente duas pessoas apresentem casos de contaminação, todo o setor é dispensado. Em turmas de aula ocorre o mesmo. O conselheiro Carlos Mauch disse que trazia uma preocupação prática em relação aos discentes. Deveriam ser isonômicos. Todos precisavam ter o mesmo tratamento e como cobriam os docentes, TAs e terceirizados? A senhora presidente respondeu que tinham que analisar pelo sistema como cobriam. O Prof. Marcos disse que no COBALTO havia uma aba que pede várias características e para os servidores poderiam utilizar este espaço para anexar o comprovante de vacina. Os terceirizados seriam controlados através da PRA. Para a Comunidade Externa é que deveriam pensar como fazer a conferência. O conselheiro Fabrício Harter disse que havia escrito documento, no dia vinte, fazendo comunicado do falecimento do Prof. Xavier, alertando que deveriam tomar cuidado, pois no revezamento que fizeram no Radar Meteorológico, houve contaminação. Disse que queria ratificar a preocupação de não vacilarem naquele momento. O conselheiro Carlos Soares disse que tinha dúvida de ordem prática, pois tinham um aluno no Centro de Artes que havia se negado à vacinação e tinha *habeas corpus* para participar das aulas. O que fazer com este tipo de caso? Disse ser a favor da exigência de comprovante vacinal de todos. A senhora presidente disse que teriam colaboração do Procurador para resolver estes casos. A parte técnica deveria ser acompanhada pelo Comitê COVID. Deveriam emitir Portaria assinada pela Reitora, com a comunicação da exigência da comprovação vacinal. Colocada em votação, a proposta de aprovação do CONSUN pela emissão de Portaria foi aprovada, por unanimidade.

**Item 3 – INFORMES:** 1) Calendário Acadêmico. A senhora presidente disse que estavam desde o início de outubro discutindo com a comunidade e sindicatos, da possibilidade de projeção de Calendário Acadêmico até vinte e dois de outubro, que as propostas foram recebidas. Temos Lei que prevê a flexibilidade de ensino remoto apenas para o ano de 2021. Não poderiam propor nada que não fosse aprovado legalmente. A ideia era de que a Comissão Acadêmica escolhesse uma proposta. Disse que não estavam defendendo nenhuma delas. Passou a palavra à Prof.<sup>a</sup> Maria de Fátima, que com a palavra, passou a conversar sobre o assunto. Fez uma retrospectiva de como haviam sido construídas as propostas. Disse que estavam no quinto Calendário remoto. Atualmente o estavam chamando de Calendário de Transição. Construíram normativas, para segurança da continuidade do ensino nesta época. Existem documentos do governo que são contraditórios. Tinham tramitado documento para dar segurança e dava flexibilização apenas para 2021, deixando as Instituições Públicas bastante vulneráveis. Estavam procurando soluções, pois muitas instituições estavam com um semestre atrasado. Estavam com dificuldades em relação aos alunos que estavam prestando o ENAD. Esse cenário tem gerado preocupação, por estarem em transição. A partir de 2022, semestre 1 e 2, teriam que ter a previsão de 100 dias letivos em cada semestre. Fizeram reuniões com Direções e Colegiados apresentando normativas e apresentaram possibilidades, apresentando formulário para ser preenchido e apresentar sugestões ao Parecer Normativo, que deverá ser reeditado. Receberam sugestões das Unidades, que resultaram em duas propostas. Foi elaborada uma terceira proposta, baseada em documento da ADUFPEL, como Calendário Alternativo. Levantadas as especificidades. Em relação à Pós-Graduação, as ofertas de disciplinas foram mais completas que na Graduação. Acrescentaram pontos no Calendário Alternativo. Neste sentido, complementaram os semestres 1 e 2/2022. Em reunião foram apresentadas as três propostas. Explicaram

que as três iriam a consulta pública. O retorno seria em dez de novembro. Houve muita reação contrária à terceira proposta e manifestação por parte da ADUFPEL, informando que esta terceira não havia sido proposta dela. Considerando que a ADUFPEL não reconhecia a terceira proposta e considerando as manifestações da reunião, retiraram esta terceira proposta, ficando apenas duas propostas de Calendário de Transição. Apresentou as duas propostas. O Prof. Diogo Rios e a Prof.<sup>a</sup> Elaine da Silva disseram que representavam a ADUFPEL. Reiteraram o que havia sido tratado nas reuniões na fala da Prof.<sup>a</sup> Regiana. Não poderiam se limitar à consultas formais. Deveriam ter um diálogo irrestrito. Leu documento retirado de assembleia geral, realizada no dia 28 de setembro. Constituída Comissão para análise do Calendário. A Prof.<sup>a</sup> Maria de Fátima perguntou se a ADUFPEL teria alguma proposta para apresentar e contribuir. O Prof. Diogo disse que não tinha nenhuma proposta, que não tem autoridade para falar em nome dos colegas, mas sim o que fosse decidido em assembleia. O conselheiro Victor Hugo disse que participara de reuniões com a Administração. Queria saber como se daria a consulta pública, pois esta mostraria o que a Comunidade pensava sobre o Calendário. A Prof.<sup>a</sup> Maria de Fátima respondeu que na reunião do dia 03 de novembro houve representação discente e houve reação da classe, de que deveria ser feita consulta paritária. Disse que a consulta deveria ser a mais aberta possível. O conselheiro Rodrigo disse que queria fazer defesa de que a classe estudantil reivindica participação estudantil de forma universal, apesar de terem adotado modelo paritário, os estudantes vinham solicitando a votação de forma universal e queriam marcar esta posição. A senhora presidente disse que deveriam pensar bastante nos estudantes e seriam sensíveis a eles. A *live* seria feita explicando as diferenças entre as propostas e consequências de cada uma. Agradeceu a participação da Prof.<sup>a</sup> Maria de Fátima, que também agradeceu a oportunidade de explicar o assunto. Sem mais manifestações, a senhora presidenta agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos e eu, Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada foi igualmente assinada eletronicamente pela senhora presidente.